

## OS APARENTES IMPACTOS AMBIENTAIS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL SOBRE A PROPRIEDADE – ARTIGO 1228 §1º DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Anelize Klotz Fayad<sup>1</sup>  
Orientadora: Professora Andréia Cristina Caldani<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo aborda os aparentes efeitos do novo Código Florestal sobre a pequena propriedade rural diante do parágrafo §1º do art. 1.228 do CC/02. Traz um cenário de ampla discussão nacional e internacional sobre propriedade, liberdade e meio ambiente e como o pequeno proprietário rural deverá atuar diante dos novos dispositivos reguladores sobre a área de reserva legal protegendo o seu direito de propriedade. Analisa o conflito existente entre os princípios considerados preponderantes no direito ambiental e no direito de propriedade e instiga a reflexão sobre um sistema se basear apenas em princípios para proteger um direito difuso como o meio ambiente. Como equilibrar a função social da propriedade e o direito subjetivo junto ao bem ambiental pela ação conjunta entre o Estado e a sociedade, e com todos os que tenham o comprometimento na preservação e defesa do meio ambiente de modo interativo entre a informação e a legislação. O novo papel solidário do Estado é demonstrar que cabe a todos a tutela do meio ambiente e descreve atitudes para organizar o interesse público e o interesse particular, de modo cooperativo. Um paradigma a ser seguido como alternativa de proteção ambiental não só no Brasil, mas também internacionalmente.

Palavras Chave: Código Florestal; Propriedade; Estado Solidário; Meio Ambiente

**RESUMEN:** Este estudio analiza los efectos aparentes del nuevo Código Forestal en la pequeña propiedad rural por encima el párrafo 1 del art. 1228 del CC/02. Trae un escenario de gran discusión nacional e internacional sobre la propiedad, la libertad y el medio ambiente y como el pequeño propietario rural debe actuar ante los nuevos dispositivos reguladores en la área de reserva legal y la protección de sus derechos de propiedad. Examina el conflicto entre los principios considerados prevalentes en derecho ambiental y derecho de la propiedad e instiga a la reflexión sobre un sistema basado solamente en principios para proteger un derecho difuso como el medio ambiente. Examina cómo equilibrar la función social del derecho de propiedad y el bienestar subjetivo con el medio ambiente mediante la acción conjunta entre el Estado y la sociedad, y con todos los que tienen el compromiso con la preservación y protección del medio ambiente de manera interactiva entre la información y la legislación. El nuevo papel del Estado es demostrar solidaridad que recae a todo la protección del medio ambiente y describe las actitudes de organizar el interés público y el interés privado en el modo cooperativo. Es un paradigma a seguir cómo una alternativa de protección del medio ambiente no sólo en Brasil, sino también a nivel internacional.

Palabras clave: Código Forestal; Propiedad; Estado Solidario; Medio ambiente

---

<sup>1</sup>Advogada e Consultora, Formada em Direito pelas Faculdades OPET; Bacharel em Administração pela UFPR; Pós-graduada em Marketing Empresarial e Logística pela UFPR; Pós-graduada em Negócios Internacionais e Logística Internacional pela FAE; Licenciada em Metodologia do Ensino Superior pela FAE.

<sup>2</sup> Advogada e Consultora; Mestre em Direito, Diretora de Campus nas Faculdades Opet.

## INTRODUÇÃO

O Direito Ambiental é autônomo por ter sua independência tutelada no art. 225 da Constituição da República<sup>3</sup>. A Lei Complementar 140 veio fixar normas ao art. 23, caput, incisos III, VI, e VII, da Constituição para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios no plano administrativo decorrente do exercício da competência comum para a proteção das paisagens naturais do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. A Política Nacional de Defesa Ambiental recebeu destaque no texto constitucional com a utilização da expressão ecologicamente equilibrado; abstrai-se desta expressão a necessidade de harmonia dos elementos legislativos que regulam o meio ambiente. A Constituição também recepcionou a Lei nº 6.938/81, concretizando a existência de princípios a serem seguidos pelos sistemas políticos-jurídicos de um Estado Democrático de Direito. Um dos grandes progressos legislativos contemporâneos foi a criação da Lei dos Crimes Ambientais, nº 9.605/98 com a devida classificação penal dos atos contra o meio ambiente. Porém, o início da legislação ambiental brasileira é mais antigo.

Segundo Ann Helen Wainer (2009, p. 795), no Brasil, as primeiras legislações referentes à tutela do meio ambiente, foram encontradas na legislação portuguesa vigente até o advento do Código Civil de 1916.<sup>4</sup> Na época do descobrimento, prevaleciam as Ordenações Afonsinas, em Portugal, editadas no reinado de Dom Afonso V. Essas legislações demonstravam a preocupação com o meio ambiente como, o corte de árvores de fruto era considerado um crime de injúria ao rei<sup>5</sup>. O crime supracitado passou a ter como punição, o exílio do infrator para o Brasil se a árvore abatida tivesse valor superior a *trinta cruzados*. Do Brasil colônia para o Brasil imperial, surge José Bonifácio que, com vasta experiência internacional e conhecimentos científicos e jurídicos, chamou a atenção para a depredação do solo pátrio e das suas riquezas. Ele ainda previu a desertificação - na comparação ao deserto da Líbia - como consequência da erosão oriunda de diversas causas e a precariedade do que hoje chamamos de recursos naturais renováveis. A legislação obteve elementos que contribuíram para a atual legislação ambiental, como a previsão no primeiro Código Criminal de 1830, que penalizava o corte ilegal de madeiras. A Lei nº 601 de 1850, inovou em relação

---

<sup>3</sup> Este estudo se desenvolveu a partir do artigo As Aparentes Inconstitucionalidades do Novo Código Florestal, de autoria desta acadêmica, em 2010, sob a orientação docente de Alexandre C. Pagliarini.

<sup>4</sup> Não só durante o período colonial, mas mesmo após a independência, por força da Lei de 20.10.1923, continuou a vigorar no Império a legislação do Reino, até ser revogada pelo art. 1.807 do Código Civil de 1916, já em pleno período republicano.

<sup>5</sup> Título LVIII das Ordenações Afonsinas.

ao uso do solo ao disciplinar a ocupação do território, era atenta às invasões, aos desmatamentos e aos incêndios criminosos, entre outras possibilidades de agressões à natureza sob o pretexto de aproveitamento da terra.

Com o passar do tempo, a evolução da legislação brasileira cresceu com relação à preocupação da proteção do patrimônio natural; surge, então, o primeiro Código Florestal brasileiro instituído em 1934, através do Decreto nº 23.793, que considerava as florestas como bens de interesse comum. Tal decreto vinha limitar os direitos de propriedade em relação ao corte de árvores em florestas protetoras ou remanescentes. Classificou, como protetoras, as florestas que tinham por função a conservação do regime das águas, a fixação de dunas, o combate à erosão, a defesa das fronteiras, a garantia de condições de saúde pública, proteção aos locais de beleza natural e proteção aos espécimes raros da fauna nacional. Seriam remanescentes, as florestas integrantes dos pequenos parques ou bosques públicos, nacionais, estaduais e municipais; as que possuísem espécimes preciosos, de interesse estético ou biológico.

O Código Florestal de 1965, que ainda se encontrava em vigor (Lei nº 4.771) no período em que se iniciou este estudo<sup>6</sup>, manteve o sistema apesar de trazer algumas alterações significativas ao anterior. Aboliu as categorias de florestas até então previstas e instituiu as Áreas de Preservação Permanente (APP<sup>7</sup>). Este instituto objetivou manter a integridade dos ecossistemas e a qualidade ambiental do meio e o art. 1 §2º inciso I e II<sup>8</sup> referia-se às funções ecológicas e ambientais de uma APP.

---

<sup>6</sup> É importante destacar que em 28 de maio de 2012, foi publicado em Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 571/12 que introduz mais de trinta mudanças no novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), o qual foi sancionado com vetos pela então presidenta Dilma Rousseff. A MP foi publicada com alterações, entre elas está a redução da exigência de recomposição de mata ciliar para pequenos produtores que plantaram em Área de Preservação Permanente (APP). Fonte Jornal do Senado: <http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2012/06/04/apos-vetos-e-mp-codigo-florestal-retorna-a-discussao>. Acesso em 03/06/2012 às 16 horas e 30 minutos.

<sup>7</sup> As áreas de preservação permanente funcionam como abrigo à biodiversidade e à propagação da vida; viabilizando assegurar a qualidade do solo e a garantia do armazenamento do recurso água, tanto em quantidade como em qualidade. Todos estes fatores são essenciais ao bem estar humano das populações como a contribuição para qualidade de vida, prevista e assegurada no *caput* do art. 225 de nossa Constituição Federal.

<sup>8</sup> Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem. § 2º Para os efeitos deste Código, entende-se por: I – pequena propriedade rural ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agro florestal ou do extrativismo, cuja área não supere: a) cento e cinquenta hectares se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense; b) cinquenta hectares, se localizada no polígono das secas ou a leste do Meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão; e c) trinta hectares, se localizada em qualquer outra região do País; II – área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não

O novo código florestal (Lei nº 12.651/12) tem sido motivo de discussões entre ambientalistas, biólogos, cientistas, políticos e proprietários de terras. É nítido o desajuste existente com a possível implantação de novos dispositivos que visam beneficiar acordos políticos, uma vez que o novo texto foi desprovido da orientação da comunidade científica e passa quase que despercebido do conhecimento do pequeno proprietário rural que compõe o cenário ambiental.

Em meio a essa discussão, é preciso se atentar para o princípio da propriedade (atrelado a outros princípios do Direito Ambiental), de modo a se considerar o direito de propriedade individual concomitantemente ao bem ambiental difuso. Dentro deste cenário, faz-se necessário que o Estado não atue apenas como fiscalizador, mas desempenhe um papel solidário e que esteja alerta para implantar medidas que visem conservar o equilíbrio ecológico para o proveito das presentes e futuras gerações ante o interesse político e econômico de determinados grupos.

Em tempos de Estado Solidário, é necessária a existência de mais informações, estudos, esclarecimentos e conscientização para coletividade a fim de se obter um resultado positivo entre ações públicas e privadas. O Projeto Bioclima, desenvolvido pela secretaria do meio ambiente do Estado do Paraná, foi criado com base em diagnósticos das regiões do estado visando à valorização de áreas naturais, florestas e outros ambientes naturais. Através de lei estadual, foi criada a Política Estadual de Mudanças Climáticas como forma de incentivo à participação da sociedade para melhoria e crescimento socioambiental, e como será visto adiante, pode ser considerado um passo importante para a preservação ambiental.

## **1 O MEIO AMBIENTE – BREVES COMENTÁRIOS**

O direito ao meio ambiente saudável veio por meio da Constituição como um direito à vida aos seres humanos, à sua dignidade em prol de uma boa qualidade de vida. É, constitucionalmente, um direito de terceira geração e foi reconhecido pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972 (Princípio 1)<sup>9</sup>, reafirmado pela

---

por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

<sup>9</sup> Princípio 1: “O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade, e ao desfrute de adequadas condições de vida em um meio ambiente cuja qualidade lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem estar e tem a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presentes e futuras”. Milaré, Édís. Direito do Ambiente, 2009, p 818.

Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Princípio 1)<sup>10</sup>, e pela Carta da Terra de 1997 (Princípio 4)<sup>11</sup>, entre outras legislações contemporâneas como as de Portugal, Espanha e Brasil.

Para José Afonso da Silva (2009, p. 834) é a indicação da esfera, do círculo, do âmbito em que vivemos. Em certo sentido, portanto, nela já se contém o sentido da palavra “meio”. Por isso, até se pode reconhecer que na expressão “meio ambiente” se denota certa redundância. O ambiente já é o meio em que há a vida sendo desnecessário comentar o meio ambiente do meio. Envolve os elementos naturais e culturais de uma região ocupada em um território; abrange a natureza e seus elementos: a água, o ar, o solo, a flora, as belezas naturais, o patrimônio seja ele histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico; todos esses, interagindo equilibradamente dentro dos recursos naturais, culturais e artificiais disponíveis.

Entretanto, Édis Milaré (2009, p. 112) refere-se à expressão “meio ambiente” como pertencente a uma categoria cujo conteúdo é interpretado pela intuição que pela definição, porque a riqueza de seu significado abrange uma complexidade de características diversas. Trata-se de uma noção “camaleão”, que exprime, queiramos ou não, as paixões, as expectativas e as incompreensões daqueles que dele cuidam. Porém para o direito ambiental, esta conceituação lúdica não é suficiente para que possa ser interpretado e aplicado ao caso concreto. A regulamentação se faz necessária e, para isto, recorre-se também aos princípios ambientais que integram o ordenamento jurídico ambiental. Encaminha-se a um conceito holístico do ambiente dentro de um caráter abrangente e multidisciplinar. A lei nº 6.938/81, da Política Nacional do meio Ambiente, em seu art. 3º, I define meio ambiente como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Para Paulo Affonso Lemes Machado (2011, p. 59), o conceito de meio ambiente pela lei supracitada, o define apenas de modo amplo, “pois vai atingir tudo o que permite a vida, que a abriga e rege”. Quanto à consideração geral feita pelas legislações ambientais estaduais, observa não haver limitação do campo ambiental ao homem, mas a todas as formas de vida, o que antecipa a definição federal.

---

<sup>10</sup> Princípio 1: “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito à uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”. Milaré, Édis. Direito do Ambiente, 2009, p 818.

<sup>11</sup> Princípio 4: “Estabelecer justiça e defender sem discriminação o direito de todas as pessoas à vida, à liberdade e à segurança dentro de um ambiente adequado à saúde humana e ao bem estar espiritual”. A Carta da terra é o resultado do evento conhecido como “Fórum Rio + 5”, realizado da Política Ambiental nos cinco anos seguintes à Eco 92. Milaré, Édis. Direito do Ambiente, 2009, p 819.

Dentro dos conceitos expostos, é possível perceber que houve o esquecimento de ressaltar o que e o quanto possa ser suficiente para o homem em relação ao meio ambiente. Sendo assim, é preciso considerar o direito ambiental como um elo aos demais ramos do direito para que algo mais concreto seja definido quanto aos direitos e obrigações do ser humano e de sua conduta. O ser humano deve ocupar um lugar proativo e mantenedor da qualidade e da quantidade dos recursos ambientais limitando seus atos com respeito ao mundo natural.

## 2 PRINCÍPIOS RELEVANTES A ESTE ESTUDO

Os princípios do Direito Ambiental decorrem da necessidade do equilíbrio para a ecologia e indicam o caminho a seguir para a proteção ambiental compatível a cada Estado.

A palavra *princípio* significa *aquilo que se torna primeiro (primum capere)*, designando início, começo, ponto de partida (MILARÉ, 2009, p. 817). Um “Princípio” é utilizado como fundamento do Direito. Segundo Gomes Canotilho:

Os princípios são normas jurídicas impositivas de uma otimização, compatíveis com vários graus de concretização, consoante os condicionalismos fáticos e jurídicos. Permitem o balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à 'lógica do tudo ou nada'), consoante o seu peso e ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes. (GOMES CANOTILHO, 2011, pp. 1034-1035)

Os Princípios auxiliam as diversas situações que o Poder Judiciário e os aplicadores do Direito se defrontam e é preciso dar elevada importância na aplicação dos mesmos - eles são instrumentos que viabilizam o próprio Direito Ambiental. Na ausência de norma legal, é preciso buscar fontes alternativas do Direito conforme preceitua a Lei de Introdução ao Código Civil e do próprio Código de Processo Civil (BESSA, 2011, p. 23). Desrespeitar um princípio é descumprir a Constituição ou um acordo de modo gravoso e tido como insurgente ao sistema jurídico dentro do Direito positivado. Os princípios do direito ambiental brasileiro são estabelecidos pela Constituição, a partir do art. 225<sup>12</sup> e também são influenciados por acordos internacionais.

---

<sup>12</sup>Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

## 2.1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Dentro da esfera administrativa pública<sup>13</sup> o princípio da Legalidade constitui uma limitação constitucional à atuação do Estado. Na opinião de Bandeira de Mello (1981, p 84), esse princípio seria uma garantia constitucional, “certamente esta não é a forma mágica, nem suficiente, só por só, para assegurar os objetivos que a nortearam. Contudo, certamente é condição indispensável para que se realizem”.

A conduta permitida por lei se atrela a diversos requisitos configurados não apenas em princípios, como em resoluções, portarias normativas, e correspondem aos temas pertinentes de outros ramos do direito. Esta é uma tarefa a qual o direito Ambiental vem tentando se adaptar continuamente, pois as legislações temáticas encontram-se espalhadas por seus entes competentes o que muitas vezes, provoca divergências interpretativas de dispositivos legais. Assim mesmo, cabe destacar a seguinte Lei Federal nº 12.651/12, a qual instituiu o novo Código Florestal brasileiro, e revogou o antigo Código (lei 4.771/65<sup>14</sup>).

Conforme Passos de Freitas (2010, p. 138), observa “poderão surgir hipóteses em que a previsão legal seja ampla e a autoridade administrativa venha a regulamentar as formas possíveis de infração”. Há o dever de fazer valer a lei, especialmente em matéria ambiental, uma vez que as condutas contra o meio ambiente são inúmeras e diversas. É preciso que exista uma sanção correspondente à conduta praticada. Deve se determinar quem exerce o poder de polícia; qual a competência de cada ente estatal e de seus órgãos para não ocorrer ilegalidades e abuso de poder.

Para Lemes Machado (2011, p. 113) que traz esse princípio como o: *Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção do Poder Público* - todos os países, de Direito Interno e de Direito Internacional, precisam intervir ou atuar em questões ambientais, não apenas cabendo à sociedade civil, mas por meio do Estado, diante da ofensa ambiental causada por quem desrespeite o direito ambiental tanto aos princípios quanto ao estabelecido em lei.

O Estado não pode silenciar frente às exigências econômicas geradas pelas grandes corporações, assim como não pode se reduzir frente a acordos políticos que favoreçam grupos minoritários. Tampouco pode permitir que estes interesses possam agredir o ambiente ao seu

---

<sup>13</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...).

<sup>14</sup> Apenas em 28 de maio de 2012, foi publicado em Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 571/12 que introduz mais de trinta mudanças no novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). Fonte Jornal do Senado: <http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2012/06/04/apos-vetos-e-mp-codigo-florestal-retorna-a-discussao>. Acesso em 03/06/2012, às 16 horas e 10 minutos.

bel talante na obtenção de lucros e crescimento de mercado; é a harmonia do ambiente que está sendo negociada, o Estado deve ser pró ativo e visto como gestor dos bens ambientais em prol da dignidade da seguindo a Constituição bem como os princípios atrelados a ela.

## 2.2 PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Princípio do Desenvolvimento Sustentável tem, como objetivo, os recursos ambientais, todavia estes não são inesgotáveis, conforme dispõe o art. 225 da Constituição é direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e é dever do Estado defendê-lo, bem como preservá-lo às presentes e futuras gerações. Como oposição a esta ideia, alguns políticos insistem em preconizar novas legislações e condutas com o apoio da massa latifundiária para um maior desenvolvimento econômico, desprezando os critérios necessários para o respeito ao meio ambiente sustentável.

É neste cenário que Pacheco Fiorillo traz a seguinte reflexão:

(...) o princípio possui grande importância, porquanto numa sociedade desregada, à deriva de parâmetros de livre concorrência e iniciativa, o caminho inexorável para o caos ambiental, é uma certeza. Não há dúvida de que o desenvolvimento econômico também é um valor precioso da sociedade. Todavia, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico devem coexistir, de modo que aquela não acarrete a anulação deste. (PACHECO FIORILLO, 2009, p. 35)

A livre iniciativa ligada às atividades econômicas passa a ter outro tratamento, pois não há como desenvolvê-la sem a consideração de se preservar o meio ambiente. Caso seu desgaste mantenha-se contínuo, a capacidade econômica do país será drasticamente afetada impedindo às presentes e às futuras gerações, usufruírem da qualidade de vida adequada à sobrevivência. Portanto, a livre iniciativa deveria voltar a sua atuação para a composição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado; é o que se pode depreender do art. 170, VI<sup>15</sup>, da nossa Constituição, que não está a impedir o desenvolvimento econômico, mas a aplicar instrumentos para adequar a livre iniciativa dentro do menor nível de degradação ambiental que possa ocorrer.

## 2.3 PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO

---

<sup>15</sup> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Os objetivos do direito ambiental visam implantar medidas preventivas e compensatórias para impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente. O princípio da Prevenção é aplicado quando os riscos são conhecidos e medidas mitigadoras possam ser implantadas evitando-se que o dano ambiental aconteça.

Para Paulo de Bessa Antunes (2011, p. 51) este princípio envolve o licenciamento ambiental e os estudos de impacto ambiental os quais podem ser realizados e solicitados pelas autoridades públicas ambientais. Mesmo assim, não se deve entender que, desta forma, os riscos inexistirão; eles serão apenas conhecidos podendo ser, combatidos. São valoradas as condicionantes para a implantação do projeto da atividade, técnicas e políticas de atuação para o equilíbrio do meio ambiente, para obter e renovar licenças, bem como autorizações.

Entretanto Milaré (2009, p. 822) remete ao sentido literal da palavra “prevenção” ao explicar que “é um substantivo do verbo prevenir e significa ato ou efeito de antecipar-se, chegar antes; uma simples antecipação no tempo com intuito conhecido”. Porém, diante dos conceitos elencados, este autor observa que muitos danos ocorridos são irreparáveis. Nem um valor pecuniário é capaz de trazê-lo ao *status quo ante*. Para ele: “a degradação ambiental, como regra, é irreparável. Como reparar o desaparecimento de uma espécie? Como trazer de volta uma floresta de séculos que sucumbiu sob a violência do corte raso?” São reflexões que foram consideradas pelo Estado ao recepcionar uma legislação que tenha dentro do seu escopo a redução de Áreas de Preservação Permanentes - como a trazida pelo novo Código Florestal, que mesmo tendo sido vetada pela então Presidenta, ainda foi foco de insistência à implantação, pelo Congresso Nacional.

Segundo Lemes Machado (2011, p. 97) o Princípio da Prevenção possui um aspecto internacional, por ser comumente considerado em convenções, declarações e sentenças de tribunais internacionais. Como exemplo, a Convenção da Diversidade Biológica<sup>16</sup> traz em seu preâmbulo: *é vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica*. Outro organismo de destaque internacional e que reforça o entendimento referido, é que o MERCOSUL<sup>17</sup> também vem preconizando, entre seus países integrantes, a prevenção como medida de antecipação aos problemas ambientais com

---

<sup>16</sup> DOU 17. 3.1998, Seção 1

<sup>17</sup> Mercado Comum do Sul constituído em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Fonte: [Http://www.mercosul.gov.br/](http://www.mercosul.gov.br/) acessado em 05/05/2012.

cláusulas comuns<sup>18</sup> de resoluções pactuadas, que devem ser respeitadas entre os países componentes assim como a troca de informações. O interesse nas atividades entre os países com os quais o Brasil tem fronteira torna a troca de experiências e de novas ideias em relação aos programas ambientais, frequente e acessível proporcionando maior proteção comum ao meio ambiente.

Estas convenções buscam evitar transformações prejudiciais ao meio ambiente. “O Direito Positivo internacional e nacional irá traduzindo, em cada época, através de procedimentos específicos, a dimensão do cuidado que se tem com o presente e com o futuro em relação a toda a forma de vida no planeta” (LEMES MACHADO, 2011, p. 98). São formas de pressionar as políticas ambientais para que estas venham existir de modo efetivo. Um controle nacional eficiente repercute em âmbito internacional servindo de paradigma aos outros países ou a um grupo internacional com interesses ambientais comuns.

O Estado precisa agir não só como punitivo, mas dar importância para uma gestão ambiental preventiva em consonância com a sociedade civil, dentro da responsabilidade ambiental no cenário global. O favorecimento de benefícios às atividades que utilizem tecnologias não poluentes e não degradantes são instrumentos a serem cada vez mais aptos na aplicação do princípio da prevenção, mas algo mais acessível ao pequeno proprietário também pode ser planejado, como Programa Bioclima<sup>19</sup> desenvolvido no Estado do Paraná que vem incentivar a conscientização da população quanto ao cuidado adequado dos recursos naturais.

A atuação solidária do estado atrai a interação da sociedade na criação de alternativas viáveis e econômicas a serem implantadas no sentido da prevenção.

## 2.4 PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO

A informação enriquece o conhecimento das pessoas em uma comunidade e oferece a elas, a oportunidade de manifestar-se sobre o conteúdo da matéria informada. No Princípio 10 da declaração do Rio de Janeiro/92: *no nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades.* A informação é um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente e tem, como

---

<sup>18</sup> N° 10/94: sobre la política ambiental dentro del mercado común, se disponen como anexo del documento de las Directrices Básica em Materia de Política Ambiental. – TOSI, Jorge Luis, El Medio Ambiente em el Derecho Comunitario, 2006 p 62.

<sup>19</sup> Programa estabelecido em 25/04/12 no Estado do Paraná em cooperação técnica com os órgãos ambientais e Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná. Site <http://www.bioclima.pr.gov.br/> acessado em 07/10/12, às 20 horas e 05 minutos.

referência, o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - um dos instrumentos que possibilita a participação dos cidadãos em defesa do meio ambiente.

De acordo com Paulo Affonso Machado (2011, p. 102), o qual defende a questão do acesso às informações ambientais, a Constituição/88 traz, em seu art. 5º, XIV, a garantia à informação a todo cidadão. O autor associou esse direito ao art. 14 da Carta, em que consta a soberania popular ao fazer com que houvesse a reflexão do direito à informação em relação ao meio ambiente. Este direito é dado ao cidadão pela administração pública e esta deve informar, pois se insere no princípio da publicidade<sup>20</sup>. Mas a informação conjugada entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial entre outros segmentos da sociedade e entre os cidadãos é fundamental para configuração de um Estado Solidário.

O acesso às informações desenvolve a conscientização humana da preservação ambiental e facilita o percurso ao exercício do direito à defesa dos direitos difusos das presentes e futuras gerações. É com a informação que se dá a participação popular, que se materializam os anseios dos povos e se demonstra o diálogo objetivado por um Estado Democrático de Direito. O conflito recente sobre o novo Código Florestal é tido como um direito exercido publicamente, pois a comunidade manifestou-se contra tal proposta, no intuito de proteger o equilíbrio ambiental em prol do que é difuso - o direito ambiental.

## 2.5 PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SÓCIO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE

A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXIII determina que a propriedade atenda a sua função social, ou seja, a propriedade foi concebida como direito fundamental, porém é preciso entender que não se envolve pelo manto de ser inatingível ou ilimitada, é preciso que ela atenda a critérios e exigências estabelecidos em lei.

Traz o texto do Código Civil, Lei Federal nº 10.406/2002, Título III Da Propriedade, Capítulo Da Propriedade em Geral:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

---

<sup>20</sup> Art. 37 da Constituição de 1998.

O legislador atrelou a limitação do uso da propriedade com o respeito ao direito ambiental com a intenção de preservar o direito das presentes e futuras gerações. Veio despertar uma conduta harmônica a ser exercida pelo ser humano, contudo dentro de determinadas limitações de caráter ambiental, adiante analisadas.

Na interpretação de MILARÉ (2009, p. 831): “(...) a atual Lei Civil Brasileira acabou por contemplar a função ambiental como elemento marcante do direito de propriedade, (...)”. A propriedade passou a ser regida por limites que respeitem os fins ético-social do grupo a que seu titular seja integrante; o sujeito proprietário adquire o imóvel incorrendo em ônus e bônus ambientais, há uma obrigação *propter rem*<sup>21</sup>, é a contribuição do proprietário para a manutenção da coisa ao bem comum – “A propriedade, sem deixar de ser privada, se socializou, com isso significando que deve oferecer à coletividade uma maior utilidade, dentro da concepção de que o social orienta o individual” (CARVALHO, 1997, p.217). As propriedades, sejam elas urbanas ou rurais, devem estar configuradas com o desenvolvimento econômico e social harmonizado ao meio ambiente equilibrado.

A propriedade é uma das particularidades destacadas com o novo Código Florestal (CFLOR) e devido à exploração agropecuária e florestal vem tomando proporções alargadas diante da ideia isolada que se tem da propriedade.

A propriedade não é um direito individual que exista para se opor à sociedade. É um direito que se afirma na comunhão com a sociedade. O indivíduo não vive sem a sociedade, mas a sociedade também não se constitui sem o indivíduo. (LEMES MACHADO, 2011, p. 829).

Entende-se que a propriedade coexiste ao meio ambiente e precisa atender aos anseios comuns de uma sociedade e não apenas aos interesses individuais do proprietário.

Homero M. Bibiloni classifica a propriedade dentro do Princípio:

Las categorías tradicionales de lo público y privado, como aspectos del dominio conforme la diferencia de sujetos, de las finalidades y usos entre unos y otros en lo ambiental, adquieren ribetes sumamente elásticos, con tendencia a una publicización de lo privado a futuro por la existencia de finalidades superiores (biodiversidad, por ejemplo) (BIBILONI, 2008, p. 162)<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Obrigações reais que, na lição de Orlando Gomes, são aquelas que nascem de um direito real do devedor sobre determinada coisa, a que aderem, acompanhando-o em suas mutações subjetivas. Em outras palavras a obrigação segue a coisa. (Orlando Gomes, Obrigações 12ªed., Rio de Janeiro, Forense, 1999, p 21). *Apud* De Plácido e Silva, Vocabulário Jurídico 2007.

<sup>22</sup> Tradução: As tradicionais categorias de público e privado, como aspectos do domínio conforme a diferença de sujeitos, dos fins e usos de um ou outro no meio ambiente, adquire extensão muito elástica, com uma tendência para a atuação privada em razão da existência de finalidades superiores (biodiversidade, por exemplo).

A conjugação entre o espaço público e privado pode existir, no que se refere ao domínio (propriedade), ao envolver os fins e usos de um ao outro em relação ao meio ambiente, mas precisa adquirir respaldo sólido para a participação privada junto ao estado. Dentro do que se considera espaço público há a Amazônia, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, etc., regiões brasileiras com características peculiares e ímpares em termos de composição biológica ambiental. Quanto aos espaços privados, ou seja, o espaço considerado propriedade dentro do que reza o art. 1.228 do CC/02, a análise é mais complexa, pois deverá considerar a área de preservação encontrada e esta área envolve a área de reserva legal, ponto polêmico do novo Código Florestal, que deixou insatisfações aos congressistas ao receber duplo veto presidencial em relação às áreas destinadas à reserva legal.

A presente concepção, dentro da realidade brasileira, é considerada complicada, pois a enorme extensão territorial que o país ocupa resulta em uma imensa variedade e quantidade de espécies da fauna e da flora.

### **3 O PAPEL DA PROPRIEDADE JUNTO AO DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL**

Entre os direitos reais<sup>23</sup> existentes, o direito de propriedade é um dos mais importantes, reconhecido no instituto do direito civil e também garantido na CF/88, no art. 5º, XXII<sup>24</sup>, ocupando papel de considerável destaque diante do novo código florestal e de sua relação com o direito ambiental.

“O ser humano apropria-se da natureza, para pô-la a serviço de suas necessidades e querências. Essa sujeição por vezes é caracterizada juridicamente como propriedade (...)” (COELHO, 2006, p. 56). Nos primórdios, os povos eram organizados ao viverem diretamente em contato com o meio ambiente e pela utilização de seus recursos. Havia a utilização comum da terra pelos grupos ou tribos, e não predominava a apropriação do solo como uso exclusivo individual - o cultivo do solo e a criação dos animais para sobrevivência era feito em comum - contudo, a partir do momento em que, naquele local, esgotavam-se tais recursos, os grupos

---

<sup>23</sup>Direito real é exercido e recai diretamente sobre a coisa, sobre um objeto basicamente corpóreo, embora não se afaste a noção de realidade sobre bens imateriais, enquanto o direito obrigacional tem como objeto relações humanas. Sob esse aspecto, embora essa noção deva ser aprimorada, afirma-se ser o direito real, absoluto, exclusivo, exercitável *erga omnes*. (VENOSA, 2009 P 05).

<sup>24</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXII – é garantido o direito de propriedade.

procuravam outro lugar para sobrevivência. Pela ótica ambiental, tal atitude traz consequências não otimistas, uma vez que os recursos naturais consumidos pelo ser humano nem sempre se renovam rapidamente ou isoladamente, sendo preciso ocorrer interferências artificiais para recomposição do ambiente.

A concepção de propriedade tem sido de que o ser humano é dono de algo. Durante a Revolução Francesa (1789), o direito de propriedade era um fato natural, ilimitado e individual, em outras palavras, o ser humano proprietário tinha o direito de gozar e dispor de modo absoluto do que era seu. Com o desenvolvimento capitalista ao longo do século XX, o Estado passou a ter uma postura mais atuante sobre a propriedade direcionando a mesma ao encontro da função social, forma que combatia os conflitos de classe existentes durante um período em que o socialismo havia ganhado força. Com a propriedade passando a ser configurada dentro desta função, possibilitaram-se novas valorações protetivas ao patrimônio histórico e cultural (tombamento), ao zoneamento urbano, à segurança pública, à higiene e a sustentação ambiental. A função da propriedade passou a ser compatível com os novos interesses em torno dela: os agregados.

A CF/88 passou a prever que os interesses das pessoas não proprietárias podem também ser afetados pelo exercício do direito de propriedade. Os interesses público, coletivo e difuso não podem sofrer interferência negativa para benefício do interesse individual do proprietário; mas admite-se que este não possa ser prejudicado em seu direito, aí advém a importância de existir um equilíbrio entre a função individual e a social da propriedade dentro do direito ambiental. Fábio Ulhoa (2006, p. 58) explica que “o dono de imóvel no qual exista uma floresta cuja preservação interessa à sociedade pode ter o exercício de seu direito limitado (pela função social), desde que continue contando com o bem como alternativa de sustento (função individual)”. Há desta forma, a necessária atuação regulamentada por lei, do Estado como orientador e fiscalizador da propriedade em prol do interesse público coletivo, haja vista que uma floresta considerada de preservação pertence ao meio ambiente e o direito ao meio ambiente é um direito difuso, pertence a todos. Segundo a interpretação de Silvio Venosa (2009, p.01) em relação à propriedade como um direito das coisas, de que bens são coisas, mas nem todas as coisas são bens, considera que os elementos da natureza: mar, rios, ar, universo, florestas, não são sempre apropriáveis pelo ser humano, indica-se a palavra “coisa” para os bens que possam ser livremente apropriados pelo ser humano.

Surge o conflito do que pode ser apropriado ou não, por isso o caráter atuante do Estado se torna importante junto aos direitos reais e ao direito do meio ambiente. O que é apropriado é finito, e a regulamentação jurídica, através do Estado, vem definir o que pode ou não ser

apropriado e utilizado. De acordo com os reflexos políticos, econômicos, sociais que ao longo do tempo se modificam, conclui-se que a ordem jurídica precisa acompanhar as transformações existentes de modo a compatibilizar os direitos envolvidos. É aceita a premissa de que é um dever geral da sociedade em não invadir o direito real alheio, uma vez que o direito à propriedade é oponível aos direitos subjetivos de terceiros para que se mantenha o convívio harmônico social. A proteção da propriedade se remete para um caráter social e, em determinados casos, o direito real da propriedade reduz seu poder de gozo e fruição, sua soberania é diminuída se não seguir determinadas condutas em prol do interesse social público. Surgem novas obrigações e sanções *ope legis*<sup>25</sup> do proprietário para com a coisa e, já anteriormente comentado, a obrigação<sup>26</sup> segue a coisa como um acessório.

Para que existam condições eficazes de proteção da propriedade, é preciso um equilíbrio junto ao estado e, com isto, o direito em sua plenitude de justiça, pois relembro Hobbes (2009, p. 106): “A definição de injustiça é, pois, o não cumprimento de um pacto. Tudo quanto não é injusto é justo.” O resultado disso é o necessário poder coercitivo para obrigar o cumprimento do pacto celebrado entre as partes: ser humano e Estado. Sem a existência de uma pena ou garantia, não há como proteger o direito de propriedade adquirida pelo ser humano. Resulta na definição da justiça pela filosofia escolástica (de São Tomas de Aquino): a justiça é a vontade constante de dar a cada um, o que é de seu - “Onde não há Estado, não há propriedade e, por conseguinte, não existe o poder coercitivo, dado que, nesse caso, todos os homens tem direito a tudo.” (HOBBS, 2009, p. 107).

Nota-se que no desenvolvimento das relações de direito, a preocupação com a paz na sociedade já era fator importante, e aceitava-se que, para isto, tivesse como condição, a presença atuante do Estado para coordenar direito e deveres do cidadão e da coletividade, era a proteção estatal. A soberania do Estado se fazia presente com a soma dos indivíduos de uma coletividade e ele se envolvia no pacto com o sujeito proprietário.

Para John Locke (2002), o qual contrariou a teoria de Hobbes quanto à ideia de que havia sustento ao Estado pela sociedade, a propriedade privada estaria contida na lei natural através do trabalho, sendo desnecessária a celebração do pacto. Um terreno comum mantido a um grupo por pacto estaria alterando o estado original de natureza, dando início à propriedade. A apropriação de uma ou de outra parte não dependeria da aprovação expressa dos formadores do grupo. Quem exerceu trabalho exerce a propriedade ficando livre do pacto. Citando um exemplo utilizado por este filósofo:

---

<sup>25</sup> Obrigação por força da lei.

<sup>26</sup> *Propter rem*

Assim o capim que o meu cavalo pastou, a turfa que o criado cortou, o minério que extraí em qualquer lugar onde a ele tenho direito em comum com outros, tornam-se minha propriedade sem a adjudicação<sup>27</sup> ou o consentimento de qualquer outra pessoa. O trabalho era meu, retirando-os do estado comum em que se encontravam, fixou minha propriedade sobre eles. (LOCKE, 2002, p. 39)

Segundo Locke (2002), seria o direito divino concedido à humanidade em comum, através da natureza, para todos os homens, para a vida e para sobrevivência pela terra, pelos frutos que esta produz e pelos animais que sirvam de alimento e de caça. Tudo ofertado naturalmente ao uso comum dos seres humanos deveria ser usado de modo benéfico a todos e não a um ser humano em particular. Seria, talvez, o surgimento do direito difuso, aqui abrangendo o Direito Ambiental, mas, indiretamente, pois Locke acreditava que caso fosse preciso o consentimento da coletividade para o trabalho de um indivíduo em determinada parte, levaria à atribuição de cada parte a cada um dos demais. Isto refletiria na limitação do uso da natureza em prol da coletividade e seria a razão fundamental que os seres humanos deixassem o estado de natureza para buscarem o governo civil em prol da preservação do que lhes pertence. O Estado deixaria de ser liberal para proteger a propriedade limitando os recursos naturais utilizados pelo trabalho.

Para a teoria pura do direito defendida por Kelsen (2011), a qual era oposta à teoria de Hobbes, dar a cada um o que é seu, deixava uma lacuna sobre o que é exatamente o seu de cada um. Ainda, apresentou sua crítica ao direito natural de que a instituição da propriedade privada é própria da natureza humana. Para ele:

a propriedade privada, não é historicamente, o único princípio sobre o qual uma ordem jurídica pode ser baseada. Declarar a propriedade como um direito natural, porque é o único que corresponde à natureza, é uma tentativa de tornar absoluto um princípio especial que, historicamente, em certo tempo e sob certas condições políticas e econômicas, tornou-se Direito positivo. (KELSEN, 2011, p. 52 – 53)

A ideia de Kelsen já remetia à necessária conjugação dos princípios ambientais trazidos a este estudo, para coordenar a ordem jurídica ambiental junto à propriedade.

Hodiernamente, o Estado atua organizando o direito de propriedade dentro do Direito Ambiental. Ele prevê condições para certas condutas que, se não cumpridas, levam a sanções aos que exercem o poder de proprietário considerando os princípios da Legalidade, do

---

<sup>27</sup> *Adjudicação*, em sentido geral, é o ato judicial, mediante o qual se estabelece e se declara que a propriedade de uma coisa se transfere de seu primitivo dono para o credor, que então, assume sobre a mesma todos os direitos de domínio e posse, que são inerentes a toda e qualquer alienação. SILVA, de Plácido e, Vocabulário Jurídico 2007.

Desenvolvimento Sustentável, da Prevenção, da Informação junto ao princípio da função socioambiental da propriedade. Também intervém junto à propriedade, mas de um modo lícito ao conduzir, indiretamente, as finalidades do uso da propriedade privada. Mas só o Estado não é suficiente para organizar o interesse público, e que ao mesmo tempo confronta o interesse particular, de modo cooperativo, é preciso que exista uma integração solidária entre o Estado e a população, desencadeando em resultados positivos para todos os envolvidos.

O parágrafo §1º do art. 1.228 do CC/02<sup>28</sup> foi preconizado pela CF/88 e também se relaciona com outras leis, como o novo Código Florestal, vindo a interferir na propriedade visando à proteção ambiental e para isto impondo restrições e obrigações ao proprietário urbano ou rural. Há o direito subjetivo do proprietário em relação à coisa e a sua conduta legal individual, pois a ele é facultado tal direito dentro de uma pseudocondição de liberdade. Isto remete ao art. 176<sup>29</sup> da CF/88 que determina que as jazidas encontradas em determinada propriedade se distinguem da propriedade do solo em caso de exploração ou aproveitamento da atividade, sendo este um direito à União e não ao proprietário que a descobriu, caracterizando o abuso de direito por este. São restrições que afetam três características da propriedade: absolutismo, exclusividade e perpetuidade<sup>30</sup>, além da presença atuante do Estado dentro da propriedade individual em prol do interesse coletivo público e político econômico. A Constituição prevê justa e prévia indenização em dinheiro para o caso de necessária desapropriação por utilidade pública ou interesse social junto à propriedade. Interessante previsão no art. 243<sup>31</sup> da Carta, que não indeniza o proprietário na desapropriação onde exista o cultivo ilegal de plantas psicotrópicas, caso que pode ser considerado diretamente como uma restrição ao mau uso da propriedade caracterizando até como abuso do domínio.

### 3.1 DOMÍNIO

---

<sup>28</sup> Art. 1.228. § 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

<sup>29</sup> Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

<sup>30</sup> Absolutismo do direito de propriedade: se manifesta pela multiplicação das servidões legais de interesse privado, bem como por outras restrições no uso e gozo do domínio. Exclusividade do domínio: uma tendência ao desmembramento da propriedade, que embora não se possa proclamar no campo teórico, é inegável no prático. Perpetuidade do domínio: confisco genérico através de transferências do patrimônio particular para o do Estado e a desapropriação dada pela reforma agrária e com a aquisição dos concessionários de serviços públicos. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil, São Paulo 2007 p. 87, 88.

<sup>31</sup> Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Domínio é o mais completo dos direitos subjetivos e constitui o cerne do direito das coisas, e a propriedade seria a espinha dorsal do direito privado (SILVIO RODRIGUES, 2007, p. 76). O domínio incide sobre a própria coisa, materializa a vontade do indivíduo sobre a coisa corpórea, além disso, traz o vínculo legal através do direito subjetivo e impõe aos demais sujeitos a obrigação passiva de não turbar o exercício do direito pelo seu titular. O proprietário pode usar, gozar e dispor da coisa, bem como reaver a coisa das mãos de quem a detiver injustamente. Há um caráter absoluto atribuído ao direito de propriedade devido à exclusividade do exercício de domínio, pois o titular exerce tal direito sem a concorrência de outrem, cabendo-lhe, também, a prerrogativa de afastar da utilização da coisa quem dela queira se aproveitar, não só por ser *erga omnes*<sup>32</sup> mas por sua plenitude. Retoma-se aqui, como fundamento do direito de propriedade, a teoria da natureza humana em que a propriedade é inerente à própria natureza do ser humano condicionando sua existência e requisito a sua liberdade. Também há outro fundamento natural da propriedade, a perpetuidade que apenas irá desaparecer segundo a vontade de seu dono ou por ato legal. Configura-se o elo entre o caráter absoluto, a exclusividade e a perpetuidade, presentes na natureza da propriedade.

Para o autor Pereira (2004, p. 84) a noção de propriedade individual, dentre os fundamentos mencionados, desaparece quando se relaciona aos bens de uso em regimes capitalistas. As faculdades do direito de usar, de fruir (gozar), e de dispor<sup>33</sup> esbarram em restrições legais com frequência e severidade, pois são restrições e limitações que visam coibir abuso e até mesmo impedir que o exercício do direito de propriedade seja convertido em instrumento de dominação. É a tendência a humanização da propriedade, também denominada socialização, opondo-se à exclusividade, entretanto essa expressão já possui bases próprias e inconfundíveis com restrições impostas ao uso das coisas em benefício da coletividade sem que atinja o conteúdo do direito subjetivo, nem a ordem socioeconômica pela lei. Pereira (2004, p. 85) traz a existente contrariedade entre as correntes individualista e

---

<sup>32</sup> O que é, por direito, oponível contra todos.

<sup>33</sup> De uma forma geral, a doutrina civilista considera como elementos positivos essenciais à propriedade o direito de usar, gozar, dispor e reivindicar. Em latim: *Jus utendi*: o direito de usar da coisa é o de tirar dela todos os serviços que pode prestar, dentro das restrições legais, sem que haja modificação em sua substância. *Jus fruendi*: o direito de gozar da coisa exterioriza-se na percepção dos seus frutos e na utilização de seus produtos. É, portanto, o direito de explorá-la economicamente. *Jus disponendi*: o direito de dispor da coisa é o poder de aliená-la a título oneroso ou gratuito, abrangendo o poder de consumi-la e o de gravá-la de ônus reais ou de submetê-la ao serviço de outrem. *Rei vindicatio*: o direito de reivindicar a coisa é o poder que tem o proprietário de mover ação para obter o bem de quem injusta ou legitimamente a possui ou a detenha, em razão do seu direito de seqüela. (JB, 166:241). Diniz, Maria Helena. Código Civil anotado. (2008 p 831).

coletivista, recupera a propriedade, apontando para a questão de limite, ou para o problema de determinar como a propriedade individual há de ser abreviada em benefício da comunidade.

### 3.2 DIREITO INDIVIDUAL E BEM COLETIVO

Em meio a essas teorias, há a tendência para a discussão entre qual o direito mais importante a ser priorizado: o direito individual da propriedade em um ambiente ou o bem coletivo do direito ao meio ambiente junto à propriedade. Atualmente, com a influência do novo Código Florestal<sup>34</sup>, o Estado tem atuado com mais frequência para mitigar as situações de conflito entre um direito individual e o bem coletivo. Dentro da relação apresentada, dois fundamentos são identificados, um normativo e um analítico e, para isto, ponderações se fazem necessárias entre eles para que resultem em decisões mais justas junto à estrutura fundamental do estado e da sociedade.

Cabe, então, comentar sobre o que é justo na relação apontada. Alexy (2010, p. 176) explica que enquanto a ponderação, entre direito individual e bem coletivo existir, haverá litígio, pois há discordância na teoria da justiça. Isto ocorre pela obscuridade entre conceitos do direito individual e do bem coletivo confundindo a solução normativa. Recorre-se, portanto, a teoria dos Princípios.

Princípios como mandamentos de otimização representam normas que ordenam a realização de algo em uma medida possível diante das possibilidades jurídicas e fáticas. Diferem-se das regras concebidas como mandamentos definitivos (permissões e proibições) dentro do espaço fático e jurídico. Na medida em que os direitos têm o caráter de otimização não representam direitos definitivos, mas direitos *prima facie*<sup>35</sup> que, ao se colidirem com bens coletivos ou direitos de terceiros, passam a ser limitados.

O bem coletivo é revestido em uma estrutura distributiva, pois não é um bem distributivo em especificidade e, por isso, a imposição de direitos individuais não podem limitar partes em um bem coletivo; isso não implica dizer que não exista o bem coletivo. Este possui status normativo ao se projetar em situação fática e jurídica e dentro de uma utilidade demonstrável. Os bens coletivos são meios para a realização dos direitos individuais, há o espaço terra e o ser humano se apropria dela dentro dos trâmites legais, para nela exercer o seu direito de proprietário envolvido por uma liberdade limitada em benefício coletivo. O

---

<sup>34</sup> Código Florestal Lei nº 12.651/2012.

<sup>35</sup> *Prima facie* [Lat., 'à primeira vista'.] Que se pode verificar de pronto, sem ser preciso maior exame. HOLANDA, Aurélio Buarque. Dicionário Aurélio. 2012.

modo como a propriedade é considerada com o novo Código Florestal é o inverso, é recepcionada como meio para a produção e fomento da atividade econômica da economia geral. A limitação e a redução do direito individual têm sido justificadas para fomento ao bem coletivo. A propriedade se tornou bem individual em prol do direito coletivo. A ponderação é usada arbitrariamente diante de reduções de condições de uso não aceitáveis e, com isso, novas colisões entre direitos individuais e bens coletivos são produzidas.

O resultado pode ser nominado como a relativização da ponderação do uso do princípio da proporcionalidade diante do princípio da idoneidade e necessidade. Quando isso acontece é possível o raciocínio empírico que quanto mais não se cumpre um princípio há maior importância no cumprimento do outro (ALEXY, 2010, p. 196). Em síntese, para se atender a um princípio é preciso que não se atenda a outro, ou que resulte em prejuízo de outro.

#### **4 O NOVO CÓDIGO FLORESTAL E SEUS APARENTES IMPACTOS AMBIENTAIS**

Em 28 de maio de 2012, o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12) entrou em vigor após extenso debate no Congresso Nacional e, mesmo assim, passou por alterações e vetos através da Medida Provisória nº 571/12. O novo código revogou o então vigente (Lei nº 4.771/64) e inovou com a substituição da Cota de Reserva Florestal (antigo CFLOP art. 44B) pela Cota de Reserva Ambiental (novo CFLOP art. 15 §2º) entre outros artigos. Segundo Zovico (2012, p. 20), cerca de 90% dos proprietários rurais, no Brasil, encontrava-se em situação irregular pelo código que prevalecia, devido aos desmatamentos ou plantios em locais não permitidos.

Com a aprovação do novo código, muitos impactos são inerentes, não só no ambiente e na economia, como também no direito dos proprietários ao se encontrarem frente às normas nascidas do velho código que eram seguidas (ou não), e diante do novo, tenham sido revestidas de outra imposição. Agora, o que vige é a lei elaborada pelo Congresso Nacional, ausente de conhecimento ambiental científico, mas com forte pressão destes, contrária à manutenção dos vetos presidenciais, oficializados pela Presidência da República, que tiveram, como consequência, um pouco mais de limitação à propriedade, o que não agradou à comissão congressista.

Para a expansão da agricultura e pecuária, muitas florestas naturais estariam com os dias contados. Em relação às APPs<sup>36</sup>, de acordo com estudos feitos pelo Ministério Público Federal, há uma estimativa de razoável redução da Área de Reserva Legal<sup>37</sup> dentro do Brasil. Na realidade, o país possui espaço suficiente para produção de alimentos, plantio, pecuária, sem necessitar de corte de uma única árvore; no entanto, em nome do poder econômico, ou melhor, do poder econômico político, tudo é válido para não justificar a preservação da biodiversidade e controle do aquecimento global, assim grandes faixas de exploração poderão ser abertas na Floresta Amazônica para a exploração da madeira.

#### 4.1 IMPACTOS AMBIENTAIS À PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Neste estudo, nem todos os artigos ligados à propriedade rural puderam ser analisados, entretanto, os selecionados poderão dar uma noção ampla dos referidos impactos ambientais junto à propriedade rural. O art. 1º da nova lei foi revogado, e o início desta se dá no art. 1º A que remete, em algumas considerações, ao art. 1.228 §1º do Cód. Civil<sup>38</sup>. Dessa maneira, conjuga a proteção do ambiente ao desenvolvimento econômico dentro do atendimento aos princípios dispostos nos incisos seguintes, sendo as florestas e vegetações existentes no território nacional como bens de interesse comum a todos os habitantes do país. Cabe destacar a resistência à preservação do meio ambiente, desempenhada pela comissão especial no Congresso Nacional, que defendia a modificação do texto através de emendas às quais visavam beneficiar os desmatadores de áreas ilegais como as áreas de proteção ao longo dos rios, para uma medida menor do que a determinada pela presidência e menos protetiva ao ecossistema. A ação favorecia grandes proprietários, os quais se comprometeriam a plantar espécies de árvores frutíferas para o preenchimento da APP, solução simples defendida pela comissão congressista, contudo inviável do ponto de vista ambiental. A justificativa para isto é de que nenhum proprietário poderia se adequar ao pré-estabelecido no texto, e que daquela forma, não seria o meio ambiente a lucrar, mas a indústria das multas impostas pelos órgãos ambientais competentes. Uma justificativa infeliz, pois a desconstituição da floresta nativa ou

---

<sup>36</sup> Áreas de Preservação Permanente.

<sup>37</sup> Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa; art. 3º, III Lei nº 12.651/2012.

<sup>38</sup> Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, atendidos os seguintes princípios: (Incluído pela Medida Provisória nº 571, de 2012:

mata ciliar<sup>39</sup> em APP desconfigura o biossistema, incidindo em recomposição do tipo natural da vegetação para o local atingido. Podem-se citar possíveis consequências da desnaturalização de uma região contendo mata ciliar: i) pragas na lavoura: a ausência ou a redução da mata ciliar pode provocar o aparecimento de pragas e doenças na lavoura e outros prejuízos econômicos às propriedades rurais; ii) impedimento à formação de corredores naturais: áreas naturais possibilitam que espécies, tanto da flora quanto da fauna, possam se deslocar, reproduzir e garantir a biodiversidade da região.

Para o produtor rural, a desvantagem já se mostra com o surgimento das pragas e doenças na lavoura. Remete ao efeito dominó subliminar, pois mais conservantes químicos, serão utilizados para a proteção das plantações e as grandes corporações fabricantes desses produtos, obterão lucros expandindo seus territórios de atuação. O ambiente se desconfigura, artificialmente, com a ajuda humana e pela ação desses produtos utilizados, pois há a alteração do solo, da produção agrícola e da redução protetiva da natureza.

Quanto às obrigações previstas, o art. 2º do §2º<sup>40</sup> do novo CFLOR define, objetivamente, a natureza real e a transmissão das mesmas ao sucessor da propriedade, é a obrigação *propter rem*<sup>41</sup> já tratada neste trabalho, nos casos de transferência de domínio ou de posse do imóvel rural. O tema deste artigo, já no início do novo texto legal, tem o propósito de embasar o problema da APP e da Reserva Legal não deixando dúvidas ao novo adquirente sobre a responsabilidade objetiva ambiental<sup>42</sup> que se faz presente por qualquer dano causado ao meio ambiente e ao direito difuso coletivo. Ela independe de culpa, pois há a iminente pulverização das vítimas o que justifica a tutela aos interesses difusos.

Outro artigo que denota a responsabilidade objetiva ao proprietário da área é o art. 7º, §1º e §2º<sup>43</sup> que, no caso de supressão de vegetação em APP, o proprietário, possuidor, ou

---

<sup>39</sup> Mata ciliar é a formação vegetal nas margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes. Também é conhecida como mata de galeria, mata de várzea, vegetação ou floresta ripária. Considerada pelo então Código Florestal Federal (Lei 4.771/64) como "área de preservação permanente", com diversas funções ambientais, devendo respeitar uma extensão específica de acordo com a largura dos rios, lagos, represas e nascentes. O uso das áreas naturais e do solo para a agricultura, pecuária, loteamentos e construção de hidrelétricas contribuíram para a redução da vegetação original, chegando em muitos casos na ausência da mata ciliar. Dados extraídos do site: <http://www.mataciliar.pr.gov.br> acessado em 02/03/2012 às 10 horas e 30 minutos.

<sup>40</sup> As obrigações previstas nesta Lei tem a natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

<sup>41</sup> Ver nota nº 19.

<sup>42</sup> Art. 225, §3º da Constituição: As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados.

<sup>43</sup> Art. 7º A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. § 1º Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos

ocupante da área, a qualquer título, é obrigado a recompor a vegetação cuja obrigação tem natureza real e será transmitida ao sucessor em caso de transferência de domínio ou posse rural do imóvel. No entanto, o que pode ser considerado como pontuação aos ambientalistas é o §3º<sup>44</sup> que previu a não concessão de novas autorizações para supressão de vegetação aos já autuados após 22 de julho de 2008 até a vigência do novo CFLOR. Ou seja, os pequenos proprietários rurais já autuados, deverão cumprir com as exigências já estabelecidas no período caso queiram continuar com a atividade de modo lícito e dentro do previsto pelo CFLOR em relação às Apps. Este dispositivo é um dos que contrariou a comissão congressista, pois irá reduzir o avanço do desmatamento indevido enquanto não houver adequação da conduta legal.

Em relação a Reserva Legal, já mencionada no art. 3º, III é determinada pelo art. 12<sup>45</sup> e possui os fundamentos básicos descritos no antigo Código Florestal. O que mudou é a não mais exigência do registro da área destinada à RL (Reserva Legal) no cartório de Registro de Imóveis, o que é preciso é o CAR (Cadastro Ambiental Rural) (art. 29 do novo CFLOR). É importante esclarecer que esse cadastro não confere poderes de título de reconhecimento de propriedade válido, apenas regulariza a situação de RL. A inscrição no CAR é necessária a todas as propriedades e posses rurais, dentro do prazo de um ano da data de sua implantação, sendo assim, os proprietários rurais precisam se atentar a este requisito. Já, àquele proprietário que já tenha averbado o espaço de RL na matrícula de seu imóvel com identificação da sua localização e perímetro, será desnecessário informar outros detalhes do imóvel como planta e memorial descritivo, coordenadas geográficas, etc.

Os proprietários rurais que estavam em conformidade com a legislação vigente, não necessitam providenciar a recomposição ou compensação aos novos critérios do novo CFLOR. Esta parece ser uma vantagem uma vez que não se alteram os limites da RL nem para maior ou para menor - o que não causa prejuízo ao proprietário. Há, contudo, influência da localização da área de RL dentro do imóvel rural o que irá variar em relação aos percentuais mínimos a serem respeitados. Ex: para imóvel localizado na Amazônia Legal, manter 80% em área de florestas; 35% no cerrado; 20% na área dos campos gerais<sup>46</sup> - aqui

---

autorizados previstos nesta Lei. § 2º A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

<sup>44</sup> § 3º No caso de supressão não autorizada de vegetação realizada após 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão de vegetação enquanto não cumpridas as obrigações previstas no § 1º.

<sup>45</sup> Art. 12 da Lei nº 12.651/2012: Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel.

<sup>46</sup> Artigo 12 I, a,b,c da Lei 12.651/2012.

será necessária a imposição de algumas formas de recomposição da Reserva Legal, como o plantio de espécies exóticas (até 50% do que tenha sido retirado), além da regeneração natural. A localização da RL em imóvel rural deve considerar plano de bacia hidrográfica, o zoneamento ecológico-econômico da região, se haverá elos de formação ecológicos com outra RL ou com outra APP, ou com Unidades de Conservação, ou ainda, outra área legalmente protegida com maior fragilidade ambiental - porém, o texto não determina o que é esta área.

Todo o plano da área destinada a RL deverá ser aprovado por órgão estadual, porém, para o pequeno proprietário rural, isto possa fugir do seu conhecimento e acesso uma vez que dentro do atendimento local à sua propriedade, busca o município para orientação legal e não o órgão do Estado. As informações de competências nem sempre são acessíveis ao cenário rural o que causa morosidade quanto aos procedimentos necessários bem como uma compreensão mais simples, do pequeno proprietário em como proceder e qual a real efetividade dele se enquadrar na conduta desejada. O que ocorre, muitas vezes, é justamente o inverso, o proprietário acredita estar atuando dentro da lei por desconhecer a finalidade de um planejamento ambiental, seja por falta de acesso às informações por não saber onde obtê-las ou por deparar-se com dificuldades quanto aos recursos financeiros para obter tal planejamento. Difícil escolha entre usar os rendimentos obtidos para um planejamento ambiental ou usar para sustento familiar, e compra de insumos agrícolas para o trabalho rural de subsistência.

O art. 3º, V do novo CFLOR conceitua a pequena propriedade ou posse rural como a explorada através do trabalho familiar e pessoal do agricultor e empreendedor rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária. No mesmo artigo, há o inciso IX, sobre o que é compreendido como área de interesse social; na alínea 'a' descreve as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa como prevenção, combate e controle do fogo, e a proteção de plantios de espécies nativas. Na alínea seguinte, refere-se à exploração agroflorestal sustentável praticada pelo pequeno produtor rural familiar desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente bem como não cause prejuízo à função socioambiental da área. Tais características não deixam o entendimento claro ao pequeno proprietário rural do que possa ser exploração sustentável. O estado precisa operacionalizar as informações sobre o desmatamento para auxílio dessa camada social, os pequenos proprietários e produtores rurais e não apenas com a fiscalização sobre os mesmos, pois a multa reprime, mas continua sem esclarecer como devem desenvolver suas atividades de modo protetivo ao meio ambiente.

É o equilíbrio operacional ambiental que precisa ser atingido por meio de programas entre o estado e os ruralistas. Nesse sentido, há a ideia de Alexy (2010), já discutida anteriormente, no capítulo 4, item 4.2 deste estudo, quanto à ponderação, o novo CFLOR precisa ser usado como caráter proporcional entre o direito individual, a propriedade, o bem coletivo e o meio ambiente.

No art. 61-A foi autorizada a continuação de atividades agrossilvipastoris<sup>47</sup>, de ecoturismo e turismo rural em áreas rurais já consolidadas até 22/07/2008. Entretanto, cabe destacar que essa autorização foi apenas aos pequenos produtores rurais e não aos médios e grandes, o que causou forte inconformismo aos congressistas que visavam ampliar o perdão a esses também. Por isto a pressão para que o art. 61 fosse aprovado na íntegra, o que, sabiamente, não ocorreu, pois caso o fosse, causaria a impossibilidade de recomposição de uma porção relevante da vegetação do país, incidindo em irreparável dano ambiental.

Segundo o art. 186 da Constituição, há a função social de uma propriedade rural, quando cumpridos os requisitos de aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais disponíveis à preservação do meio ambiente; quando são respeitadas as relações de trabalho, no caso, as relacionadas às atividades rurais, e que exista, em conjunto, ao bem estar dos proprietários trabalhadores e o bem estar da coletividade.

## **5 PROGRAMA BIOCLIMA E O ESTADO SOLIDÁRIO, UM PARADIGMA DE INTERESSE INTERNACIONAL**

Ações internacionais como o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), criado pela Conferência Mundial Ambiental de Estocolmo, em 1972, têm como interesse principal a possibilidade de agenciar fundos (incentivos financeiros) através da participação pública e privada.

---

<sup>47</sup> Sistema Silvipastoril (SSP) é a combinação intencional de árvores, pastagem e gado numa mesma área ao mesmo tempo e manejados de forma integrada, com o objetivo de incrementar a produtividade por unidade de área. Nesses sistemas, ocorrem interações em todos os sentidos e em diferentes magnitudes. Os SSPs apresentam grande potencial de benefícios econômicos e ambientais para os produtores e para a sociedade. São sistemas multifuncionais, nos quais existe a possibilidade de intensificar a produção pelo manejo integrado dos recursos naturais evitando sua degradação, além de recuperar sua capacidade produtiva. Por exemplo, a criação de animais com árvores dispersas na pastagem, árvores em divisas e em barreiras de quebra-ventos, podem reduzir a erosão, melhorar a conservação da água, reduzir a necessidade de fertilizantes minerais, capturar e fixar carbono, diversificar a produção, aumentar a renda e a biodiversidade, melhorar o conforto dos animais. Informação extraída do site: <http://www.cnpf.embrapa.br> acesso em 10/10/2012, às 14 horas e 20 minutos.

A dificuldade está em como obter os recursos financeiros para o desenvolvimento de programas ambientais. O Banco Mundial assim como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alberga projetos, desde 1997, dedicados à melhoria das gestões de assuntos públicos bem como a preparação dos cidadãos para que estes modifiquem suas próprias estruturas econômicas e sociais e proporciona alternativas de recursos para os países em desenvolvimento. Porém isto pode ser perigoso e inseguro, pois “A confesión de prueba relevo de parte, en cuanto el rol que se asigna al área y a la importancia de la propiedad como derecho más apetecible a preservar sobre la base de inversiones que en el mundo sólo la realizan unos pocos”. (BIBILONI, 2008, p.261). A preocupação remete aos impactos causados pelo desenvolvimento junto à propriedade com a atração de interesses nem sempre transparentes e inversos aos valores individuais e ambientais.

O BID possui um departamento de desenvolvimento sustentável o qual desenvolve eventos especiais como, conferências, estudos de técnicas agrícolas, práticas sustentáveis, treinamentos, políticas ambientais, redução da pobreza rural etc., oferecidos aos interessados de organizações públicas, privadas, e não governamentais, que visam um consenso entre os temas relativos ao desenvolvimento bem como o fomento. Nesse contexto surge a preocupação da fragilidade da propriedade, em troca de investimentos para o desenvolvimento rural. Instituições privadas estão se ramificando por meio de financiamentos junto às ONGs (Organizações Não Governamentais), como já ocorre na Argentina, com relação ao projeto de manejo sustentável de ecossistemas áridos e semiáridos para o controle da desertificação da Patagônia, o qual é bancado por uma organização potencialmente interessada na proteção ambiental da área.

(...), existen en el mundo importantes fundaciones de magnates o periféricas de grandes empresas que aportan generosos fondos para campañas o proyectos ambientales. Entre ellas podemos citar La Fundación Ford, La Fundación Richard y Rhoda Goldman. La relevancia de estos aportes no puede desconocerse (BIBILONI, 2008, p. 269)<sup>48</sup>.

Para evitar a invasão legal de capital estrangeiro privado, junto ao meio ambiente nacional, alternativas precisam ser implantadas como proteção pelo estado a fim de se evitar o domínio estrangeiro nas terras e patrimônios nacionais preservados.

No Brasil, o Estado do Paraná, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, antecipando-se aos novos impactos que o novo CFLOR viria a causar na comunidade rural,

---

<sup>48</sup> (...), existem no mundo importantes fundações de magnatas ou ligadas a grandes empresas que fornecem financiamento generoso para campanhas ou projetos ambientais. Entre eles podemos citar a Fundação Ford, A Richard e Rhoda Goldman Foundation. A relevância dessas contribuições não pode ser ignorada.

realizou estudos com base nas características (vegetação, atividades rurais, agrícolas, subsistência familiar etc.) das diferentes regiões do estado, considerando, para isto, as incidências administrativas ambientais ocorridas e analisando as causas das mesmas, criou o Programa Bioclima. Esse programa estabelece estratégias e incentivos para a conservação e recuperação da biodiversidade no Paraná de forma a contribuir para minimizar alterações climáticas globais com a participação do setor privado. O diferencial se faz com a operacionalização da redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+)<sup>49</sup> evitada em busca do equilíbrio ambiental.

O Programa Bioclima Paraná<sup>50</sup>, instituído pela Lei Estadual nº 17.134 de 25 de abril de 2012 autoriza e regulamenta o pagamento por serviços de conservação ambiental<sup>51</sup>, e a prioridade é a valorização do proprietário rural como protetor da fauna e flora, florestas nativas e outros ambientes naturais remanescentes, além de espaços exigidos legalmente ou áreas ainda em recuperação dentro dos corredores ecológicos delimitados, embasados em critérios pertinentes à qualidade da biodiversidade e estoques de carbono existentes. É o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) como forma de incentivar financeiramente os proprietários e posseiros de imóveis contendo áreas naturais preservadas que prestem serviços à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos no Estado do Paraná.

Cabe ressaltar que as áreas citadas devem estar conservadas e averbadas na matrícula do imóvel inscritas no SISLEG (Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente – decreto nº387/99). Esta é uma informação que incentiva a manifestação voluntária do proprietário rural a adaptar-se dentro da conduta

---

<sup>49</sup> O conceito de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd) surgiu na Convenção Quadro das Nações Unidas (UNFCCC) realizada em 2003. Na época, um grupo de instituições não-governamentais brasileiras propôs um mecanismo de redução compensada das emissões de carbono na atmosfera. COP-13 que o conceito inicial foi ampliado pela segunda vez, e passou a ser conhecido como Redd+. Isso significa que, além das reduções por desmatamento e degradação, ele passou a abranger a tarefa da conservação florestal, do manejo sustentável e do aumento dos estoques de carbono. O compromisso foi registrado no Plano de Ação de Bali. Redd+ é uma estratégia de mitigação da mudança do clima pelos países em desenvolvimento, de caráter voluntário, e contará com o apoio técnico e financeiro dos países desenvolvidos. Site: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) acesso em 14/10/12, às 23 horas e 10 minutos.

<sup>50</sup> Site: [www.bioclima.pr.gov.br](http://www.bioclima.pr.gov.br), acesso em 22/10/2012, às 11 horas e 20 minutos.

<sup>51</sup> Art. 2º. Para os efeitos desta Lei entende-se por: I - serviços ambientais: as funções prestadas pelos ecossistemas naturais conservados, imprescindíveis para a manutenção das condições ambientais adequadas à sadia qualidade de vida, funções estas que podem ser restabelecidas, recuperadas, restauradas, mantidas e melhoradas pelos proprietários ou posseiros; II - pagamento por serviços ambientais: a transação contratual através da qual o beneficiário ou usuário do serviço ambiental transfere a um provedor de serviços ambientais os recursos financeiros ou outras formas de remuneração, nas condições pactuadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes; III - pagador de serviços ambientais: a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se encontrar na condição de beneficiário ou usuário de serviços ambientais, em nome próprio ou de uma coletividade; IV - provedor de serviços ambientais: todo o proprietário ou posseiro, pessoa física ou jurídica, que, preenchidos os critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, mantém, restabelece, recupera, restaura ou melhora ecossistemas naturais que prestam serviços ambientais.

descrita legalmente para obter benefícios e atuar em parceria à fiscalização estatal. Desta feita, espera-se que a quantidade das multas administrativas se reduza em um princípio compatível entre o direito de propriedade e o bem ambiental.

Os empreendimentos que consumam recursos naturais contribuirão com o Biocrédito a ser operado por dois fundos ambientais para garantir a base econômica ao programa Bioclima: FEMA (Fundo Estadual do Meio Ambiente) e o FERH/PR (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), além de fundos privados. Um conjunto de recursos financeiros, públicos e privados, constituindo uma das formas de pagamento por serviços ambientais (PSA).

O FEMA manterá uma conta específica destinada ao BIOCRÉDITO, composta por recursos públicos como verbas orçamentárias e recursos oriundos de receitas públicas além de recursos privados como transferências, doações, legados e repasses, realizados por entidades nacionais e agências bilaterais ou multilaterais de cooperação internacional ou, de quaisquer outras pessoas físicas e jurídicas conforme regulamentado.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O novo Código Florestal (CFLOR) foi assunto em âmbito nacional e internacional pela proposta de atingir vantagens específicas sem considerar se, realmente, seria benéfico para as gerações sob o aspecto ambiental e não apenas aos interessados. A comissão parlamentar, ao lado dos ruralistas, preconizou aprovações do novo texto almejando que as áreas, já desmatadas, tivessem suas multas anistiadas e ainda, que o limite de desmatamento junto às margens dos rios fosse reduzido, bem como a quantidade de reserva legal em uma propriedade, áreas estas, já deliberadas pelo próprio STF como sendo obrigatórias e inerentes à propriedade. O barulho fora desnecessário uma vez que o art. 1228 § 1º do Código Civil determinava que o proprietário pode usar, gozar e dispor da coisa em consonância com suas finalidades econômicas e sociais, dentro do respeito ao meio ambiente entre suas características equilibradas da fauna e da flora.

O pequeno produtor tem sua módica propriedade como subsistência familiar e acredita fazer o melhor dentro dela com seu próprio trabalho e liberdade, mas nem por isso sabe menos que qualquer outro cidadão da importância em se preservar o meio ambiente. O antigo CFLOR era considerado uma das leis mais eficientes já criadas, contudo o mesmo passou a ser considerado defasado diante de novas legislações como a lei de crimes ambientais (Lei 9.605/98).

O Brasil é responsável por grande parte da produção de alimentos e para manter esse abastecimento é preciso investimentos em tecnologia e produtividade para atender a demanda mundial. Neste ano, o país sediou a Rio + 20, um encontro internacional sobre o meio ambiente, e a atual gestão brasileira, numa jogada de mestre vetou os pontos que mais desagradavam os ambientalistas e a comunidade de fortes organizações não governamentais o que assegurou a imagem do Brasil internacionalmente. As ideias congressistas apresentaram um descompasso real entre o que o Brasil representa internacionalmente e o que pequenos grupos econômicos e corporativos buscavam com o desmatamento ao desconsiderar a importância de se manter florestas e suas reservas, e a composição natural de mata ciliar como proteção aos cursos d'água.

Em nome do capitalismo desenfreado, não é possível aceitar um sistema que consuma os recursos de modo a torná-los escassos trazendo graves alterações na natureza, provocando impactos relevantes no cenário ambiental como inundações, desmoronamentos, poluição, doenças – questões que vem ocorrendo, com frequência, não só no Brasil, mas em diversos locais do globo. Como alocar os sobreviventes; como receber populações de outros locais e onde albergá-las – essas são questões de direito comunitário que atingem não só o direito ambiental, mas o direito civil como um todo, especialmente na perda da propriedade, o direito do consumidor atrelado ao capitalismo, mas, principalmente, o direito do estado, o direito e o dever público de administrar calamidades sem deixar a responsabilidade objetiva atribuída a ele esvaecer. É preciso que os aplicadores da política ambiental possuam conhecimentos e estudos do direito sob um prisma holístico ao concretizar medidas à comunidade, que não sejam desgastantes à natureza e à vida em geral e que não sobrecarreguem o estado.

A modernidade e a tecnologia favorecem o pequeno proprietário não só em obter financiamentos para aquisição de insumos para sua atividade rural, como também para acessar informações exigidas pela lei para o exercício de suas atividades. Nesse sentido, o estado pode se aproximar mais do pequeno proprietário rural, sem que este tema a intervenção daquele na propriedade, através de incentivos financeiros legais e protetivos a esta.

O que se busca não é o ambiente trabalhado do proprietário rural, nem o ambiente desmatado dos grandes ruralistas e políticos agropecuaristas – o que se busca é o ambiente harmônico a todos e ao sistema, com a propriedade e com a natureza. A harmonia reflete os princípios existentes entre o direito individual e o bem coletivo, porém diante dos conflitos elencados, permitir que um sistema seja baseado somente em princípios pode trazer consequências muito flexíveis enfraquecendo os mesmos. A aliança conjunta entre o estado e o setor privado, em prol do desenvolvimento sustentável com políticas beneficiadoras e

educativas diante das riquezas naturais existentes, parece ser a medida mais viável para a sobrevivência equilibrada entre o direito individual e o bem coletivo.

Parafraçando a frase da canção “Homem Primata” (Titãs, 1987), numa adaptação:  
*Homem desmata pelo capitalismo selvagem.*

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; Silva G.E. do Nascimento e; Casella, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**, São Paulo: Saraiva, 2009.

ALEXY, Robert. **DIREITO, RAZÃO, DISCURSO** - estudos para a filosofia do direito, tradutor Luis Afonso Heck, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

AMARAL Junior, Alberto. **Introdução ao Direito Internacional Público**, São Paulo: Atlas, 2008.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**, 13.ed. São Paulo: Lumen Juris, 2011.

BEC, Eugenia e; Franco, Horacio. **Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental – Tratamiento completo de su problemática Jurídica**, Buenos Aires (Argentina): Cathedra Jurídica, 2010.

BIBILONI, Homero M. **Ambiente y Política**, Buenos Aires (Argentina): Rap, 2008.

CARVALHO, Kildare Goncalves. Direito constitucional didático. 5 ed Belo Horizonte: Del Rey, 1997, *in* MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**, *in* Revista dos Tribunais, São Paulo, 2009, p. 217.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional, Coimbra, Livraria Almedina, pp 1034 – 1035. *In* MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, São Paulo: Malheiros, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, São Paulo: Saraiva, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, São Paulo: Atlas, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**, São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Direito das Coisas**, São Paulo: Saraiva 2009.

FIORILLO, Celso Antonio P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**, São Paulo: Saraiva, 2009.

FREITAS, Vladimir Passos. **Direito Ambiental em Evolução**; Curitiba: Juruá, 2007.

\_\_\_\_\_. **Direito Administrativo e Meio Ambiente**, Curitiba: Juruá, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**, ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil, Tradução Rosina D'Angina, São Paulo: Martin Claret, 2009.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Dicionário Eletrônico**, Curitiba: Positivo, Versão 7.0, 2012.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2000

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**, Tradução Alex Marins, São Paulo: Martin Claret, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, São Paulo: Malheiros, 2011.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **Vida em Risco**, in Revista Jurídica CONSULEX, nº 331 p 50,51 Brasília DF, 2010.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Ato Administrativo e Direito dos Administrados**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**, São Paulo: Saraiva, 2008.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**, in Revista dos Tribunais, São Paulo, 2009.

MONTEIRO, Washington de Barros; **Curso de Direito Civil** – direito das coisas, São Paulo: Saraiva, 2007.

NERY, Nelson Junior e; Nery, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado**, São Paulo: RT, 2008.

OSBORNE, Richard; **Filosofia para Principiantes**, Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil** – direitos reais; Rio de Janeiro, 2004.

PRIEUR, Michel. Droit de *l'environnement*, cit., p.1. in MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**; São Paulo: Saraiva, 2010.

RODRIGUES, Silvio; **Direito das Coisas**, Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2007.

SARNEY FILHO, José. **Mudanças no Código Florestal**. Mas para onde?; in Revista Jurídica CONSULEX, nº331, p 42,43. Brasília DF, 2010.

SILVA, Ivan de Oliveira. **Filosofia do Direito**, 2.ed. v. 36. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**, São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**, Rio de Janeiro: Forense, 2007.

TOSI, Jorge Luis. **El Medio Ambiente em el Derecho Comunitário**, Mendoza (Argentina): Ediciones Juridicas Cuyo, 2006.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil** – direitos reais, São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Direito Civil** – responsabilidade civil, São Paulo: Atlas, 2004.

WAINER, Ann Helen. In MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**, in Revista dos Tribunais, São Paulo, 2009.

ZOVICO, Marcelo Roland. **O perigo da aprovação do novo Código Florestal** in Revista Jurídica CONSULEX nº367, p 20,21 Brasília 2012.

SITES:

<http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2012/06/04/apos-vetos-e-mp-codigo-florestal-retorna-a-discussao>. Acesso em 03/06/2012.

<Http://www.mercosul.gov.br/> acessado em 05/05/2012.

<http://www.bioclima.pr.gov.br/> acessado em 30/06/2012 – 30/07/12 - 07/10/12 - 22/10/12 – 26/10/12.

<http://www.mataciliar.pr.gov.br> acessado em 02/03/2012.

<http://www.cnpf.embrapa.br> acesso em 10/10/2012.

<http://www.mma.gov.br> acesso em 14/10/12.

#### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	-	Área de Preservação Permanente
BID	-	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	-	Cadastro Ambiental Rural
CFLOR	-	Código Florestal
CRA	-	Cota de Reserva Ambiental
FEMA	-	Fundo Estadual do Meio Ambiente
FERH	-	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
ONGs	-	Organizações Não Governamentais
PNMA	-	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	-	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSA	-	Pagamento por Serviços Ambientais
REDD+	-	Redução de Emissões por desmatamento e Degradação Florestal
RL	-	Reserva Legal

- SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal
- SSP - Sistema Silvipastoril
- STF - Supremo Tribunal Federal